



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CURSO DE PEDAGOGIA – ÁREA
DE APROFUNDAMENTO EDUCAÇÃO DO CAMPO**

GLAUCIA PEREIRA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS: OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO QUILOMBO DE MITUAÇU-CONDE/PB**

**João Pessoa
2025**

GLAUCIA PEREIRA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS: OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO QUILOMBO DE MITUAÇU-CONDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso
de Pedagogia com Área em Educação do Campo da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva

**João Pessoa
2025**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Glaucia Pereira dos.

Educação jovens e adultos: os desafios da
permanência na educação de jovens e adultos do quilombo
de Mituaçu-Conde/PB / Glaucia Pereira dos Santos. -
João Pessoa, 2025.
46 f. : il.

Orientação: Eduardo Jorge Lopes da Silva.


Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do
Campo) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Comunidade
quilombola - Mituaçu. 3. Evasão escolar. I. Silva,
Eduardo Jorge Lopes da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. **Eduardo Jorge Lopes da Silva** – Orientador
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Fundamentação da Educação



Prof. Dra. **Nilvânia dos Santos Silva** – Examinadora
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Educação do Campo



Prof. Dr. **Marcos Ângelus Alcântara** – Examinador
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Habilitações Pedagógicas

AGRADECIMENTO

Agradecimento primeiramente vai para meu Deus, se não fosse ele não teria chegado até aqui, pois não me deixou desistir em meios as dificuldades, a Jesus meu amigo fiel e ao Espírito Santo meu consolador, meu guia e me capacita a viver uma vida mais justa diante de Deus.

Agradecer a minha família pelo apoio, a minha mãe Gilvanete, a minha irmã Glauciê, ao meu irmão Edrízio.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva da UFPB, pelas leituras e indicações dadas, o que tornou este trabalho melhor e possível de conclusão. Agradeço por sua paciência, dedicação e incentivo.

Também gostaria de agradecer os entrevistados por ter compartilhado seu tempo, conhecimento, experiência e opiniões comigo, sua participação foi essencial para o sucesso do meu trabalho.

Quero expressar minha gratidão aos membros da banca examinadora pela avaliação criteriosa e pelas críticas construtivas que me permitam refletir sobre o meu trabalho e melhorá-lo.

RESUMO

Este trabalho descreve a Educação Jovens e Adultos e os desafios da permanência, e tem como objetivo identificar os motivos da evasão escolar entre jovens, adultos e idosos da comunidade quilombola de Mituaçu, para compreensão desse fenômeno que assombra a modalidade, historicamente. Essa questão se justifica no ex-educandos se evadiram-se do sistema educacional na EJA. A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se refere a uma investigação pela qual os sujeitos falam livremente sobre o tema, através de informações coletadas principalmente por meio de entrevista.

Os resultados sugerem os diferentes problemas entre eles estão, a falta de oportunidade de estudo e de escola próximas pode contribuir para a evasão escolar, a falta de apoio familiar e de políticas públicas eficazes pode contribuir para a evasão escolar, o desinteresse pelo estudo e a falta de perspectiva de futuro podem ser fatores que contribuem para a evasão escolar. Concluimos este trabalho que a EJA é fundamental para o resgate da cidadania e para a promoção da inclusão social e a economia da comunidade quilombola, também pode contribuir para o desenvolvimento comunitário, promovendo a formação de lideranças e a capacitação de jovens e adultos para enfrentar os desafios da comunidade.

Palavras-chaves: Educação de Jovens de Adultos; comunidade quilombola de Mituaçu; evasão escolar.

ABSTRACT

This paper describes Youth and Adult Education and the challenges of retention, and aims to identify the reasons for school dropout among young people, adults, and the elderly in the quilombola community of Mituaçu, in order to understand this phenomenon that has historically haunted this type of education. This issue is justified by the fact that former students dropped out of the educational system in YAE. The research is qualitative in nature, o it refers to an investigation in which the subjects speak freely about the topic, through information collected mainly through interviews.

The results suggest that the different problems among them include the lack of educational opportunities and nearby schools, which can contribute to school dropout; the lack of family support and effective public policies, which can contribute to school dropout; and a lack of interest in studying and a lack of future prospects, which can be factors that contribute to school dropout. We conclude that EJA is fundamental for restoring citizenship and promoting social inclusion and the economy of the quilombola community. It can also contribute to community development by promoting leadership training and empowering young people and adults to face the challenges of the community.

Keywords: Adult and Youth Education; Mituaçu quilombola community; school dropout.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	06
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	06
2.2 A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	12
2.3 AS DIRETRIZES QUILOMBOLA.....	13
2.4 A COMUNIDADE DE MITUAÇU.....	16
3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	20
3.1 MEMÓRIA AFETIVA: O QUE MAIS GOSTAVA DE ESTUDAR NA EJA.....	24
3.2 UM ASPECTO NEGATIVO DA EXPERIÊNCIA NA EJA.....	25
3.3 A DESISTÊNCIA DA SALA DE AULA.....	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE	31
ANEXOS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos este trabalho de conclusão de curso apresentando um pouco do interesse desta aluna concluinte pelo tema da Educação Jovens e Adultos (EJA) e os desafios para a permanência desses sujeitos na escola. Em nossa trajetória, no âmbito familiar bem como a vivência na comunidade quilombola situada na zona rural de Mituaçu, cidade de Conde na Paraíba, percebi o quão era difícil para minha mãe, minhas tias e até algumas pessoas desta comunidade, para permanecer na escola a qual estudava a noite na EJA.

Entre as dificuldades podemos citar o trabalho informal ou atividades informais ou temporárias, as quais não permitem estabilidade para estudar, os problemas de saúde, como questões físicas que dificultam a frequência as aulas, falta de apoio. Também a ausência de suporte familiar ou social para continuar os estudos, a responsabilidades familiar a partir do cuidado com filhos, idosos que demandam tempo e atenção. Há também as dificuldades financeiras, pois, muitos jovens e adultos do quilombo necessitam trabalhar para sustentar a família ou a si mesmo, impossibilitando a dedicação aos estudos. Por fim, dificuldade de acesso à escola, pela distância ou horários incompatíveis, bem como dificuldade de aprendizagem, a qual gera frustração.

Ao iniciar os estudos na Educação de Jovens e Adultos, que abrange uma variedade de estudos e área de conhecimento, dependendo do nível e objetivo da educação: alfabetização (de leitura e escrita), ensino fundamental, matemática básica, para adultos que não tiveram acesso à educação básica na infância.

Contudo, durante o curso, os educandos da EJA se deparam com diversos motivos que causam a desistência e a consequente evasão. Por não ter condições financeiras satisfatória, tiveram que começar a trabalhar muito cedo, abandonar a escola. Mituaçu, uma comunidade quilombola situada em Conde, que é um município que limita com João Pessoa ao norte, Pitimbu ao sul, e Alhandra e Santa Rita a oeste.

Os educandos da EJA de Conde apresentam o seguinte perfil: homens e mulheres trabalhadores empobrecidos e negros. A diversidade pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior. O mapa do analfabetismo é o mesmo mapa da pobreza, onde falta tudo, não só acesso à educação.

EJA é composta por sujeitos que estão longe da escola há algum tempo e, quando eles retornam para as salas de aulas, chegam com insegurança, com medo e até a falta de confiança em si e nos professores, fazendo com que se tornem tímidos, preocupados com a reprovação e

muitos outros sentimentos são internalizados, o que, muitas vezes, leva os mesmos a se evadirem da escola.

O índice de evasão na EJA é muito grande, o Censo Escolar é o principal retrato da educação básica. Ele reúne dados das escolas, professores e alunos nas redes pública e privada. Quarenta e sete milhões de estudantes estão matriculados na educação básica, que vai da creche à educação para jovens e adultos. Em relação a 2022, o número de matrículas em escolas particulares aumentou quase 5%. A rede pública perdeu 500 mil alunos. A consequência disso é um número preocupante: quase 70 milhões de brasileiros de 18 anos ou mais estão fora da escola ou não concluíram a educação básica.

Os educandos se sentem desmotivados e cansados; a maioria trabalha o dia todo, pegam ônibus lotado, muito stress. É importante que os professores da EJA sejam dinâmicos, aproximem o conteúdo à realidade do aluno, procurem sempre inovar e não criem barreiras para afastar esses alunos.

A evasão escolar acontece em alguns casos porque o aluno não se sente parte do ambiente, não sendo ouvido e tratado como elemento importante dentro da instituição de ensino, acerca das causas da evasão escolar na EJA é a chave para desvendar o porquê de tantos bancos escolares abandonados.

Quando pensa em evasão na EJA é de grande importância conhecer o perfil destes sujeitos, para tentar entender os motivos dessa evasão. As razões para a evasão na EJA são muitas, podemos destacar o cansaço após um dia de serviço, a distância entre casa/escola que aumenta as possibilidades de assaltos, entre outros fatores que se dá por conta da violência. Outro fator é o apoio da família que nem sempre existe, o apoio do governo, da escola, direção, professores muitas vezes não estimulam os alunos; e também o desinteresse interfere esta questão.

Outro fator que fez escolher esse tema está relacionado ao estudo acadêmico, pois ajuda a desenvolver habilidades críticas de análise, reflexão, questionamento, essências para identificar lacunas de conhecimento e formular questões de pesquisa relevantes na EJA.

Permite compreender melhor as complexidades da EJA, incluindo aspectos pedagógicos e sociais que pode direcionar a escolha de temas de pesquisa, formular hipóteses e questões de pesquisa que podem ser testadas e investigadas na prática da EJA e contribuir para o avanço do conhecimento na área da EJA, promovendo a melhoria contínua da educação.

Inspirada pelas ideias de Paulo Freire, um renomado educador que defendia uma educação para Jovens e adultos contextualizada na realidade e nos saberes adquiridos pela experiência, decidi desenvolver meu trabalho de Conclusão sobre a evasão na EJA.

Paulo Freire foi um educador brasileiro criador de método de alfabetização e com seu método ele convidava o analfabeto adulto a sair da apatia e do conformismo em que se encontrava e o desafiava a compreender que as nossas condições das camadas populares acontecem não por determinação divina ou destino, mas pelo contexto econômico, político-ideológico da sociedade em que vive. Segundo esse pensador: “Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa” (Freire, 1999, p. 153).

Logo, a justificativa para esta pesquisa se deu, entre outros, pelo fato de, como moradora da comunidade quilombola de Mituaçu, é perceptível que o maior índice de alunos na Educação de Jovens e Adultos dessa comunidade são negros e pardos, o que se deve a uma série de fatores, incluindo racismo estrutural, desigualdade econômica e social, e dificuldade de permanência na escola.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE mostrou que, em 2023, 48,3% dos negros com mais de 25 anos não haviam concluído o ensino médio. No entanto, entre os brancos a conclusão foi de 61,8%. E, quanto ao analfabetismo entre negros é quase três vezes maior que entre brancos (CENSO/IBGE/2023).

Percebemos essas realidades de perto, pois na minha família serei a quarta pessoa a ter uma formação acadêmica. Os meus antepassados tiveram uma vida muito árdua, onde todos eles não concluíram os estudos, outros nem se quer teve acesso à educação. A nova geração se desempenhou em concluir o ensino médio, e conforme eu disse, só quatro deles chegaram a Universidade para mudar essa realidade e fugir deste histórico de analfabetismo familiar, e servi de exemplo para gerações futuras.

Diante o exposto apresentamos a seguinte questão problema de pesquisa: **Quais foram os motivos que levaram adultos e idosos a evadirem da modalidade EJA no quilombo de Mituaçu?** Tentar levantar os problemas com o objetivo de produzir conhecimento concreto da prática que vivencia os alunos da EJA evadisse da sala de aula.

E, quanto aos objetivos, temos:

Geral: identificar os motivos da evasão escolar entre os idosos da comunidade quilombola de Mituaçu para compreensão desse fenômeno e modalidade historicamente.

Específicos:

- Mapear o perfil dos moradores da comunidade de Mituaçu, Conde-PB;
- Conhecer as razões pelas quais ex-educandos da EJA evadem da escola;
- Analisar os fatores que resultam na evasão escolar.

Assim, esta pesquisa é abordagem qualitativa, pois se refere a uma pesquisa onde as pessoas entrevistadas falam sobre o tema da investigação, através de informações coletadas por meio da técnica de entrevista.

A abordagem qualitativa objetiva aprofundar na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, temos os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; o registro de dados ou informações coletadas; a interpretação/explicação do pesquisador. [...] (MINAYO SANCHES; Apud: GUERRA, 2014, p. 40)

Esta pesquisa tem como participantes os ex-educandos da EJA da Comunidade de Mituaçu localizada no município de Conde.

A escolha de Mituaçu se deu por ter característica específicas que o tornam relevante ao tema, por ter um grande percentual de ex-educandos da EJA na comunidade.

A comunidade sofre um índice muito grande de evasão escolar na EJA, por diversos fatores que impossibilita, os educandos de permanecer em sala de aula. O índice de evasão na escola de Mituaçu começou na pandemia do Covid-19, pois os alunos não retornaram para sala de aula. Atualmente a escola se encontra com 32 (trinta e dois) alunos matriculados na EJA, dividido em 4 (quatro) Ciclos: Ciclo I, Ciclo II, Ciclo III e Ciclo IV.

O procedimento adotado neste trabalho se alicerça na coleta de dados através de entrevistas com ex-educandos da EJA da comunidade quilombola de Mituaçu, a entrevista consiste em uma conversa estruturada entre duas ou mais pessoas, visando obter informações e avaliar habilidades ou conhecimentos.

Foram entrevistados 10 (dez) ex-educandos da EJA. Os critérios utilizados para participar da entrevista, são: Ter frequentado a EJA por um período determinado, ter abandonado a EJA antes de concluir os estudos e selecionar participantes de diferentes idades, gêneros e experiências.

Os dados desta pesquisa foram analisados por meio da perspectiva qualitativa da pesquisa. Assim, foram analisadas a frequência de respostas para entender as tendências nos dados, as correlações entre elas e realizar análise temática para entender as percepções e experiências dos participantes.

Também foram analisados os fatores que afetam a permanência dos/as educandos/as na escola, desenvolver estratégias para superar os desafios da permanência na escola e contribuir para melhoria da educação de jovens e adultos.

Assim com essa pesquisa sobre educação de jovens e adultos, esperamos fornecer conhecimento valiosos para entender os desafios da permanência na escola e desenvolver estratégias para superá-los na comunidade de Mituaçu-Conde, Paraíba.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) refere-se à interrupção dos estudos por parte dos alunos matriculados nessa modalidade, seja no ensino fundamental ou médio. As causas da evasão são multifacetadas, incluindo, principalmente, fatores socioeconômicos.

Neste capítulo iremos abordar sobre os desafios da permanência na escola, e identificar os motivos da evasão escolar entre jovens, adultos e idosos da comunidade quilombola de Mituaçu com o objetivo de produzir um conhecimento concreto da prática que vivencia esses alunos da EJA, isto é, conhecer as razões pelas quais ex-educandos da EJA evadem da escola.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos (Brasil, 1996). É uma modalidade de ensino que visa garantir um direito aqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los.

Existem diversos fatores como falta de estímulos adequados: ambiente familiar ou escolar que não fornece apoio suficiente para o desenvolvimento da linguagem e da leitura, problemas socioeconômicos: dificuldades financeiras que podem afetar o acesso a recursos educacionais e ao apoio necessário, que muitas vezes não possibilitam a alfabetização no período da infância no decorrer dos anos, o indivíduo sente a necessidade de inserir-se nesse processo e procura a oferecido por escolas públicas.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208 “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria [...]”. E, para se efetivar o direito subjetivo à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, no seu artigo quinto, parágrafo primeiro, define as seguintes competências para os estados e municípios num regime de colaboração e sob a assistência da União: I- recensear a população em idade escolar para a educação de jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II- Fazer-lhe chamada pública (Brasil, 1996, p. 27).

Embora essa modalidade de ensino seja oferecida gratuitamente e garantida pela legislação não quer dizer que atenda as exigências específicas, algumas delas são a falta de

recursos financeiros adequados, infraestrutura inadequada, formação insuficiente de professores, falta de apoio psicológico e social e dificuldade de acesso e permanência.

De acordo com a Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a oferta dessa modalidade de ensino deve considerar o seguinte:

[...] as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

- I. Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II. Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III. Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (CNE/CEB, 2000, p. 1-2º)

A citação se refere a diversas situações enfrentada pelos educandos da EJA, por exemplo: que não haja diferença na qualidade do ensino curriculares independentes do perfil destes alunos, que estabeleça igualdade de direito, reconhecer e valorizar as diferenças entre os indivíduos, considerando suas experiências, perspectivas única, identificar e reconhecer as características, habilidades e méritos de cada pessoa e desenvolvimento de conhecimentos de valores em jovens e adultos.

Essa interpretação de texto destaca a importância de reconhecer e valorizar as diferenças e méritos individuais, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens e adultos em processo formativo. Também destaca a importância de uma organização curricular adequada e flexível na EJA, que considere as necessidades específicas dos alunos e garanta a identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Para Freire (2002), a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito ao direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de

trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (Freire, 2002, p.193).

Paulo Freire destaca a importância da liberdade como um direito fundamental para a atuação em favor da igualdade, do respeito e da participação. A liberdade é vista como um direito básico que permite o indivíduo expressar-se na sociedade, o regime que nega a liberdade de trabalhar de comer, de falar, de discordar, ir e vir, é visto como um obstáculo para atuação em favor da igualdade e do respeito. A participação é vista como um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e critica as estruturas de poder que negam esses direitos fundamentais.

A EJA é uma modalidade de ensino que visa atender às necessidades educacionais de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade certa ou que precisam retomar seus estudos. A EJA é importante por várias razões: primeiro, por promover a inclusão social de jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional, ajuda a desenvolver habilidades e competências nos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho e para vida pessoal, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos alunos, ajuda a reduzir a desigualdade educacional e social, oferecendo oportunidades iguais para todos e contribui para o desenvolvimento econômico, preparando trabalhadores mais qualificados e produtivos.

A resolução 03/2025 institui as Diretrizes Operacionais nacionais para a educação de Jovens e Adultos, que aborda como a política atual a modalidade EJA, considerando as necessidades específicas dos estudantes jovens, adultos e idosos.

A EJA deve ter uma organização curricular que atenda às necessidades dos estudantes, podendo ser organizada em séries anuais, períodos semestrais e ciclos. A oferta da EJA deve garantir o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos, considerando as particularidades de pessoas com deficiência e minorias culturais. A modalidade de ensino pode ser ofertada de forma presencial (principal), articulada com Educação a distância (EAD), exclusivamente no Ensino Médio (com pelo menos 50% da carga horária presencial), e via exame supletivos.

A resolução também se refere à abertura de vagas orientada por dados oficiais populacionais, especificamente considerando pessoas com 15 anos ou mais que não iniciaram ou concluíram o ensino fundamental, e pessoas com 18 anos ou mais que não concluíram o ensino médio. Isso sugere uma estratégia para direcionar vagas ou políticas educacionais com base em dados demográficos, visando atender necessidades específicas de pessoas que não completaram etapas fundamentais da educação.

O objetivo da política atual para EJA visa garantir o direito à educação de jovens, adultos e idosos, considerando suas especificidades e necessidades, a oferta da EJA deve ser territorialmente expandida com articulação Inter setorial, um conceito importante no contexto das políticas públicas. Essa articulação envolve a colaboração entre diferentes setores e entidades para levantar demandas e planejar ações de forma integrada, ou seja, a articulação Inter setorial é uma estratégia para garantir que as políticas públicas sejam mais eficazes e eficientes no atendimento às necessidades da população, e que envolve a interação entre órgão governamentais, movimentos sociais, setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, ministério público e outros atores. O objetivo é garantir que os cidadãos tenham acesso a direitos e serviços públicos de forma integral, formatar a criação de redes de apoio e projetos de vida para os cidadãos e incentivar a participação social e o protagonismo dos cidadãos.

A realização de uma chamada pública para registrar demanda veio por meio de diferentes estratégias e canais de comunicação, que pode ser considerado as características únicas de cada território, e adaptando as estratégias de comunicação e registro de demanda para serem mais eficazes em cada contexto. Os objetivos é garantir que a chamada pública seja acessível e compreensível para as pessoas nos territórios atendidos, e buscar registrar a demanda de forma representativa, considerando as necessidades e características específicas de cada território.

A flexibilidade da matrícula de estudante na EJA permite que o estudante se matricule em qualquer momento do período letivo, caso o estudante ingresse no segundo semestre, deve ser garantida a oferta de apoio pedagógico. Com objetivo de garantir que todos os estudantes tenham condições iguais de acesso e aprendizado e promover o engajamento do estudante na turma.

A EJA pode ser organizada de várias formas, incluindo: séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regulares de períodos de estudos e grupos não-seriados. Os critérios são idade, competência para anos iniciais do ensino fundamental da EJA, com objetivo a alfabetização inicial e com carga horária mínima não inferior a 600 horas, para anos finais do ensino fundamental a carga horaria mínima é de 1600 horas e para o ensino médio a carga horaria é de 1200 horas.

A certificação do estudante na EJA ocorre quando o estudante é aprovado no conjunto das disciplinas e atinge a carga horária mínima para aquela etapa. A certificação pode considerar o processo de aferição dos saberes adquiridos nas práticas, na valorização dos saberes adquiridos fora do ambiente escolar que pode ser considerado para a certificação, também pode

levar em conta não apenas o desempenho acadêmico tradicional, mas também competências adquiridas em contexto prático.

A distribuição da carga horaria na EJA deve haver no mínimo 240 horas para cada uma das áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humana, Ciências da Natureza. A carga horária mínima igual para cada área busca garantir um equilíbrio e uma base sólida em todas as áreas do conhecimento e a distribuição deve promover equidade entre as disciplinas dentro de cada área do conhecimento.

A organização da EJA articulada a educação profissional pode ser articulada com a educação profissional e tecnológica podendo incluir recursos técnicos ou formação profissional, a articulação pode ocorrer de forma integrada com cursos que pode ser oferecido de forma integrada ou simultaneamente, observar as Diretrizes Curricular Nacionais estabelecida pelo Conselho Nacional da Educação (CNE). A observância das diretrizes e atos normativos pode contribuir para a qualidade da educação oferecida na EJA, a articulação com a educação profissional e tecnológica pode proporcionar oportunidades de formação e qualidades de formação e qualificação para os alunos da EJA, e oferecer cursos e programas flexíveis e diversificados, que atendam às necessidades dos alunos. É importante garantir que a organização da EJA seja feita de acordo com as diretrizes e normas estabelecidas pela CNE e pelo Decreto 5.840/2006, o que pode contribuir para a qualidade e eficácia da Educação oferecida.

O programa de cursos e componentes curriculares oferecidos por instituições de ensino pode se destacar por garantir que sejam divulgados de forma clara e transparente, a divulgação deve incluir informações como a duração do curso, qualificação de professores, recursos disponíveis e critério de avaliação. A instituição deve utilizar diferentes canais de divulgação para alcançar a comunidade, considerando os hábitos e a cultura de acesso à informação de cada grupo e garantir que a divulgação seja eficaz e alcance o público-alvo.

A elaboração dos currículos dos cursos da EJA deve considerar as exigências de educandos e educadores, promovendo a igualdade de condições para acesso à escola e a permanência na escola. Os currículos da EJA devem ser sensíveis às necessidade tanto dos educandos quanto dos educadores e buscar garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, também precisa ser adaptado para atender as necessidades específicas dos educandos, que muitas vezes têm experiências de vida distintas e objetivas de aprendizagem diferentes dos estudantes do ensino regular, adaptar os conteúdos e método de ensino para atender as necessidades dos estudantes adultos, valorizar os saberes e experiências que os

estudantes já possuem, enfatizar a aplicabilidade dos conteúdos aprendidos na vida cotidiana e profissional dos estudantes conforme previsto na LDB.

O artigo 3 da Lei n 9.394/1996 (LDB) estabelece princípios para a educação nacional, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, para garantir que jovens e adultos tenham oportunidades de acesso à educação e promover condições para que os estudantes permaneçam e tenha sucesso na escola.

A avaliação escolar na EJA destaca que deve ser realizada de forma contínua e formativa, e não apenas um evento pontual, a avaliação visa identificar as necessidades e dificuldades dos alunos para melhorar o processo de ensino-aprendizagens dos alunos a aprender e a se desenvolver. A avaliação deve ser realizada em consonância e deve estar alinhada com os objetivos e conteúdo da escola, a avaliação permite que os professores identifiquem as necessidades e dificuldades dos alunos e os ajudem a desenvolver, contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, pois permite que os professores ajustem suas práticas pedagógicas, e garante que a avaliação seja coerente com os objetivos e conteúdo da escola.

Os sistemas de ensino da EJA organizam uma pedagogia da Alternância, que é uma abordagem educacional que alterna períodos de estudo com períodos de trabalho ou de outras atividades práticas, visa promover a inclusão social plena do jovem, do adulto e do idoso. A EJA é um direito fundamental, e a pedagogia da Alternância leva em conta a realidade do contexto de vida dos educandos para frequentar obstáculos para frequentar a escola tradicional, pode contribuir para a inclusão social dos educandos, ajudando-os a desenvolver habilidades e competências que os tornem mais autônomos e capazes de participar plenamente da sociedade. É importante destacar a realidade do contexto de vida dos educandos e de oferecer alternativas flexíveis e inclusivas para garantir o acesso à educação e a inclusão social plena.

Considerando o disposto no artigo 4 da Lei 9.394/1996(LDB) e a prioridade para atendimento da escolarização obrigatória que 15 (quinze) anos completos para o ensino fundamental e 18 (dezoito) anos completos para o ensino médio na EJA. A prioridade é dada ao atendimento da escolarização obrigatória, conforme a LDB.

2.2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Quilombola se refere à educação destinada as comunidades quilombolas, que são formadas por pessoas escravizadas que fugiram ou se organizaram em território para resistir a escravidão no Brasil. A educação quilombola busca considerar as especificidades culturais, históricas e sociais dessas comunidades. A educação quilombola procura valorizar a história, cultura e identidade das comunidades quilombolas, o ensino deve levar em conta os contextos sociais, econômicos e culturais das comunidades quilombolas e busca promover o entendimento dos direitos e da cidadania dentro do contexto quilombola.

A educação quilombola contribui para o reconhecimento e valorização das comunidades quilombolas e suas contribuições para a sociedade brasileira e é uma educação que considera as especificidade das comunidades quilombolas pode ser mais relevante e eficaz para os estudantes dessas comunidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola é um documento que orienta a educação escolar para as comunidades quilombolas no Brasil, foram definidas pela resolução CNE/CEB nº 8, de 20 novembro de 2012. Essa resolução estabelece normas e orientações para a organização do currículo escolar e das práticas pedagógicas em escolas quilombolas no brasil.

Os postos-chaves são reconhecimento da diversidade cultural, histórica e social das comunidades quilombolas, a educação escolar quilombola deve ser contextualizada, considerando a realidade e as necessidades específicas das comunidades quilombolas, as diretrizes valorizam a cultura quilombola e buscam promover a identidade e a autoestima dos alunos, a educação escolar quilombola deve ser desenvolvida em parceria com a comunidade e o currículo da educação escolar deve ser diferenciado, considerando as especificidades da cultura e da história quilombola.

O objetivo das diretrizes é buscar promover a identidade quilombola e a autoestima dos alunos quilombola, a educação escolar quilombola deve desenvolver a consciência crítica dos alunos quilombolas sobre sua realidade e suas necessidades, buscar fomentar a participação comunitária e a colaboração entre a escola e a comunidade e garantir a qualidade da educação escolar quilombola, considerando as especificidades da cultura e da história.

2.3 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS QUILOMBOLA

As Diretrizes curriculares Nacional para a Educação Escolar Quilombola são um importante instrumento para garantir a qualidade e a relevância da educação escolar para as comunidades quilombolas, considerando suas especificidades culturais, históricas e sociais. Reconhecem os direitos das comunidades quilombola à educação de qualidade e a preservação de sua cultura e identidade, contribuir para a promoção da igualdade e da justiça social, considerando as especificidades das comunidades quilombolas e o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, considerando suas necessidades e potencialidade.

As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola indicam que devem estar de acordo com o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais em vigor na educação brasileira. Considerando a especificidade histórica, econômica, social, política, cultural e educacional, dos quilombolas, assegurada por legislação nacional que considere essas especificidades dos quilombolas. A educação escolar quilombola deve levar em conta a história, cultura e contexto específico dos quilombolas, ao mesmo tempo, as diretrizes curriculares para a educação quilombola devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais gerais.

A configuração dos quilombolas como povo e comunidades tradicionais destaca a proximidade de alguns aspectos das comunidades quilombolas rurais com outras populações que vivem em contextos semelhantes como indígenas e povos do campo. Existem pontos em comum entre as experiências e contextos de quilombolas, indígenas e povos do campo, especialmente em ambientes rurais, essa proximidade pode influenciar políticas, práticas educacionais e culturais que considerem essas intersecções.

A Educação Quilombola se organiza principalmente com base no ensino ministrado nas instituições educacionais que atendem comunidades quilombola, ela se fundamenta e é informada por elementos importantes do patrimônio cultural dessas comunidades, como história e lembranças compartilhadas pela comunidade, línguas ou expressões linguística específicas das comunidades, costumes e tradições das comunidades quilombolas, e o conjuntos de conhecimentos, artefatos e práticas que fazem parte do patrimônio cultural.

A educação escolar quilombola busca valorizar e incorporar o patrimônio cultural das comunidades quilombolas no processo de ensino, e ao se basear nesses elementos culturais, a educação pode ser mais relevante e significativa para os estudantes das comunidades.

A educação Escolar Quilombola: Abrangência e Modalidades.

Na educação escolar quilombola, a educação básica abrange várias etapas e modalidades, como: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação profissional técnicas de nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e modalidade como educação a distância. A educação escolar quilombola busca atender as necessidades educacionais das comunidades quilombolas em diferentes etapas e modalidades e abranger comunidades rurais e urbanas com variadas formas de produção, a educação pode ser mais adaptada às realidades locais.

A educação escolar quilombola deverá ser ofertada por estabelecimentos de ensino público e privados, em comunidade reconhecidas como quilombola rurais e urbana, e também por estabelecimentos de ensino próximo aos territórios quilombolas que recebem uma parte significativa de seus estudantes.

Ao analisar a realidade educacional dos quilombolas, é observado que o fato de uma instituição escolar estar localizada em uma comunidade quilombola ou atender estudante quilombola não garante o ensino ministrado, o currículo não condiz com a realidade quilombola local, e os profissionais que atua no ensino tenham conhecimento da história dos quilombos, da luta antirracista e dos povos quilombolas no Brasil.

É importante que as instituições escolares adaptem seu currículo e projeto político pedagógico para considerar a realidade e a cultura quilombola, e que os profissionais da educação precisam ter conhecimento sobre a história e a luta dos povos quilombolas para melhor atender a essas comunidades.

O projeto político pedagógico para educação escolar deve ser construído de forma que os estudantes quilombolas e demais estudantes possam estudar a respeito da realidade quilombola de forma aprofundada, ética e contextualizada. A medida que os estudantes os estudantes quilombolas avançam nas etapas e modalidades da educação básica e na educação superior, eles devem ser respeitados enquanto estar no ambiente escolar.

Os estudantes não quilombolas devem aprender a tratar dignamente seus colegas quilombolas, sua história, cultura, tradições, relação com o trabalho, questões de etnodesenvolvimento, lutas e desafios.

A definição da educação escolar quilombola nas audiências públicas realizadas pelo conselho nacional de educação durante a elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, é definida como modalidade de educação, escola quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), orienta que Estado, Distrito Federal e municípios contribua para a elaboração de diretrizes curriculares próprias, deve estar em

consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola, e atender a história, vivência, cultura, tradições, inserção no mundo do trabalho próprios dos quilombos nas diferentes regiões do país.

Na Educação Quilombola a resolução CNE/CEB n 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que é o ensino infantil, uma obrigação de oferta pelo poder público para crianças de 4 e 5 anos, deve ser garantida e realizada mediante o respeito as formas específicas de viver a infância, identidade étnico-racial e vivência sociocultural. O ensino Fundamental que deve ser garantido a todos, que seja um espaço de formação para cidadania, considerando as especificidade e direitos das comunidades quilombolas. No Médio inclui a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitar o prosseguimento de estudos, preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, e capacitar o educando para continuar aprendendo. E Educação Especial que visa assegurar aos estudantes com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Educação Escolar Quilombola deve atender as realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas e vincular-se aos projetos de vida dessas comunidades. A proposta pedagógica da EJA deve ser contextualizada de acordo com questões: históricas, sociais, políticas, culturais, econômicas das comunidades quilombolas.

A oferta da EJA no ensino fundamental não deve substituir a oferta regular dessa etapa da educação escolar quilombola, essa orientação vale independentemente da idade dos estudantes e considerar as realidades socioculturais e os projetos de vida das comunidades quilombolas. O desafio é garantir que a EJA não substitua o ensino regular do ensino fundamental, e que possa considerar a cultura, história e tradições quilombolas na implementação da EJA.

As propostas educativas da EJA na educação escolar quilombola devem ser realizadas numa perspectiva de formação ampla, favorecer o desenvolvimento de uma Educação profissional, possibilitar que jovens, adultos e idosos quilombolas atuem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades, e contribuir para o fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

Os objetivos das propostas é a formação ampla e profissional para capacitar os quilombolas para atuação em suas comunidades, e o fortalecimento do protagonismo e sustentabilidade dos territórios quilombolas

Os objetivos da Articulação é a formação integral e respeitosa para promover uma formação que considere a diversidade e as especificidades das comunidades quilombolas, o desenvolvimento e a sustentabilidades contribui para o desenvolvimento das comunidades quilombolas de forma sustentável e respeitosa com a cultura e o meio ambiente.

2.4 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MITUAÇU

O povoado de Mituaçu, hoje comunidade quilombola de Mituaçu está localizada entre o Rio Gramame e o Rio Jacoca, com estradas de terra situada na zona rural de Conde, seu principal acesso é pela ponte do arco do Rio Gramame, também tem acesso pela estrada de Caxitú e pela estrada de Conde. Mituaçu limita-se ao Norte com João Pessoa, ao Sul com Paripe no Conde, a Leste com Guaxinduba e Oeste com Caxitú. No seu início foi habitada por indígenas, pois, o município de Conde foi habitado por tribos indígenas, uma vez que o nome da comunidade é de origem indígena, e significa “Ave grande”.

O povoado de Mituaçu é rico em matas fruteiras, as fontes de sobrevivência dos moradores de Mituaçu são as frutas e os gêneros produzidos na agricultura de subsistência. No Rio Gramame e no Rio Jacoca as pessoas pescavam e ainda pescam com covos, pintimboia (instrumento de pegar camarões), ainda pescam caranguejo-uçá e o goiamum, além de amoré, siri, muçu, peixes pequenos como camurim, cara peba, bagre. Assim a pesca e agricultura são as principais fontes de renda dos moradores.

O Rio Gramame e Jacoca sempre foi fundamental para a sobrevivência da Comunidade, as águas eram limpas, hoje com as águas contaminadas em decorrência da poluição do sistema fabril, o rio está sendo degradado, pois faz tempo que as pessoas estão perdendo o rio como fonte de sobrevivência. Na agricultura, a comunidade de Mituaçu plantam feijão, milho, inhame, batata, mandioca para fazer farinha, tanto para a venda como a sua própria subsistência.

A história de Mituaçu é marcada por fatos que despertam o imaginário de seus moradores. Contam os mais idosos que durante a colonização Mituaçu foi sempre refúgio para os escravizados, pois consta que negros chegaram ao local onde hoje está instalada a comunidade, no período em que os holandeses colonizaram a capitania da Paraíba.

Trecho retirado do TCC de (Glauciê Pereira), (Um voo para liberdade).

No tempo em que a colonização holandesa esteve na província da Paraíba, várias construções foram erguidas, entre elas a ponte do Rio Gramame a “Ponte do Arco”. A construção dessa ponte talvez tenha possibilitado o acesso de vários escravizados e eles

tenham se refugiado em Mituaçu, visto que conheciam a área, pois costumavam tirar madeira para seus senhores.

Na Imagem 1 é possível observar várias cenas da comunidade de Mituaçu que trata sobre: a antiga escola da Comunidade que por motivo de problema na estrutura foi transferida para uma granja onde os alunos estudam atualmente, o Rio Gramame que sempre foi fundamental para a sobrevivência da comunidade, um passeio turístico pelo rio com o pessoal da faculdade, a lapinha que é tradição na comunidade e faz muito tempo que é praticada, ou seja, dançada as pastoras principais são a mestra e a contra- mestra, O anjo e o guia, Adriana e a borboleta, a cigana, a camponesa e a libertina, e as pastorinhas formam o elenco da lapinha. Também tem uma casinha de palha com um fogão a lenha que usados para fazer refeição e a casa de farinha muito usada na comunidade onde eles levavam suas cargas de mandiocas para fazer farinha.

Imagem 1 - Fotos de atividade da comunidade de Mituaçu-Conde/PB.



Fonte: Fotos tirada do Facebook da Comunidade Quilombola de Mituaçu

E na Imagem 2, temos a ponte do Arco uns dos principais acessos a comunidade de Mituaçu, uma foto retirada do alto através de drone e a outra foto foi retirada de perto.

Imagem 2 – Ponte do Arco.



Fonte: Foto tirada do Fecebook da Comunidade quilombola de Mituaçu.

Na terceira imagem mostra a ponte do Arco de perto

Imagem 3 – Ponte do Arco por outro ângulo mais próximo.

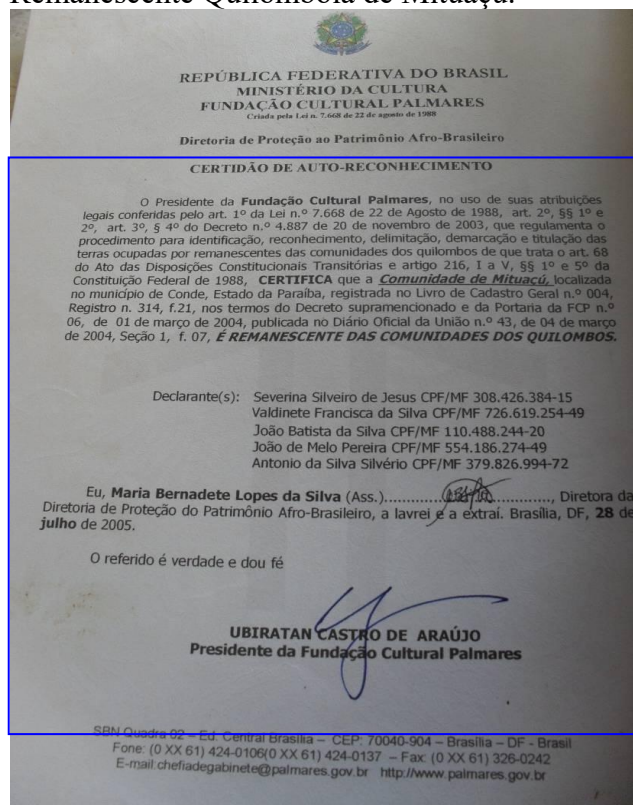


Fonte: Foto tirada do Fecebook da Comunidade Quilombola de Mituaçu.

Em 2004, ocorreu o processo de autoidentificação da comunidade quilombola. Os moradores foram informados de que a Fundação Palmares realizava o reconhecimento de comunidades negras. A partir disso, eles solicitaram o processo de reconhecimento e, em seguida, receberam da Fundação as fichas cadastrais contendo um questionário a ser respondido. “Trecho retirado do TCC de (Glauciê Pereira), (Um voo para liberdade)

Após o envio de toda documentação necessária, a Fundação Palmares concedeu a comunidade a certidão de autor reconhecimento como comunidade remanescente quilombola conforme exposto na Imagem 4.

Imagem 4 - Certificado de Autor reconhecimento da Comunidade Remanescente Quilombola de Mituaçu.



Fonte: Foto tirada do TCC. Um voo para liberdade, sobre Mituaçu.

A comunidade conta com uma Unidade básica de saúde (PSF), uma escola, igrejas, católica e evangélica, cemitério, campo de futebol, associação comunitária de moradores, creche, rádio comunitária, quintal cultural (espaço para apresentação cultural), casa de farinha e dois rios. A escola pública municipal existente na comunidade remanescente Quilombola de Mituaçu chama-se Ovídio Tavares de Moraes. A Escola funciona em três turnos (manhã, tarde e noite) sendo distribuídos em turmas, pela manhã: 1º aos 3º anos do fundamental, a tarde, 4º e 5 anos fundamental e a noite nos Ciclos I, II, III e IV da Educação de Jovens e Adultos.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise foi feita durante uma entrevista, identificando ideias e conceitos relevantes como a linguagem utilizada pelo entrevistado, o estilo e a escolha das palavras. A estrutura da entrevista está incluindo a sequência das perguntas e respostas. Com o objetivo de obter informações para entender a perspectivas destes alunos sobre as causas da evasão da EJA na comunidade de Mituaçu.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados¹.

Nome	Idade (anos)	Sexo	Profissão	Religião	Estado Civil
Ana Lucia	47	Feminino	Do Lar	A evangélica	Casada
Zé Maria	63	Masculino	Artesão	Católico	Viúvo
Sonia Maria	59	Feminino	Agricultora	Evangélica	Solteira
Edileusa Maria	49	Feminino	Pescadora	Católica	Viúva
João Batista	55	Masculino	Agricultor	Evangélico	Casado
Maria Cristina	62	Feminino	Do Lar	Evangélica	Divorciada
Severina	68	Feminino	Agricultora	Católica	Divorciada
Maria Aparecida	68	Feminino	Agricultora	Católica	Viúva

Fonte: Sistematizado pela autora, 2025.

Com relação ao tempo de estudo na EJA, os entrevistados possuem entre nove meses a quatro anos de estudo. Esse período corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, indicando uma variação significativa no tempo que os estudantes levam para concluir essa etapa da EJA, essa flexibilidade no tempo de estudo pode refletir as necessidades e ritmos de aprendizado distintos dos estudantes da EJA, que frequentemente conciliam estudos com trabalho e outras responsabilidades. A duração do curso pode ser adaptada para atender as especialidades dos educandos, considerando suas experiências prévias e objetivos de aprendizagem.

¹ Os nomes dos entrevistados são reais, uma vez que eles autorizaram. E encontra respaldo na Resolução Nº 510/20216, no inciso IV, artigo 17.

Quadro 2 – Anos de estudos dos entrevistados

Nome	Anos de estudos	Data da entrevista
Maria Cristina	9 (nove) meses	23-06-2025
João Batista	1 (um) ano	23-06-2025
Maria de Lurdes	1 (um) ano	23-06-2025
Zé Maria	2 (dois) anos	23-06-2025
Sônia Maria	3 (três) anos	23-06-2025
Edileusa Maria	2 (dois) anos	24-06-2025
Ana Lúcia	3 (três) anos	24-06-2025
Severina	3 (três) anos	24-06-2025
Maria Aparecida	3 (três) anos	24-06-2025

Zé Maria, viúvo, 63 anos, Artesão, católico, frequentou a escola pela primeira vez na fase adulta, pois antigamente não havia escola na comunidade. Estudou na EJA por dois anos.

Quando pergunto sobre o que mais gostava na EJA ele responde. “Eu gostava, pois, era um divertimento para mim, a gente palestrava, só não gostei de uma vez no dia dos pais que teve um sorteio e o mesmo pai ganhou vários presentes e era para dar a vez a outro que não tinha ganhado eu não gostei foi isso, é muito errado”.

Mais segundo ele, desistiu porque estava sentindo muita dor nos pés, pois tem problema de circulação. “Quando o ônibus vinha pra cá era bom, mais o ônibus não desce mais pra cá, fica lá em cima, quando vinha era bom”.

A prefeitura municipal de Conde disponibiliza um ônibus escolar para transportar os alunos dentro da comunidade, pois algumas casas ficam distante da escola. Porém, algumas estradas que são de barro estão em péssimas condições de trafegar.

Sônia Maria, solteira, 59 anos, Agricultora, evangélica, também não frequentou a escola quando era criança, começou a estudar na fase adulta na EJA.

“Faz uns três anos que estudo, mas o problema é que eu nunca término o ano letivo devido o problema do dia-dia, pois tenho três irmãs deficientes e tenho que cuidar delas e uma filha adolescente, aí chego na escola pela graça, se eu tivesse me dedicado mesmo eu tinha conseguido ler, mais o pouco que eu sei, eu aprendi na EJA. Antes eu não sabia diferenciar entre chapa e prótese, chapa é de burro, a prótese é de gente, também sei definir superior e inferior eu não sabia aprender na EJA”.

Ela também relatou do transporte na comunidade.

Esse ônibus é tudo, pois antigamente eu ia de pés, hoje tem ônibus pra levar, só não chego lá mesmo por não ter condições e por causa da luta do dia-dia (Sônia Maria, 59 anos, em dia/mês/ano).

Edileusa Maria, 49 anos, viúva, pescadora, católica, não frequentou a escola quando criança, estudou por quatro anos na EJA.

“Quando eu estudava gostava dos professores do assunto que eles davam, porém não tenho mais paciência de estudar, eu aprendo, tem coisa que decoro, mais não tenho paciência (Edileusa Maria, 49 anos, em dia/mês/ano).

Edileusa tem uma filha com deficiência, que precisa dos cuidados da mãe 24 horas.

Muitas vezes a jornada da Mulher solo e com várias responsabilidades dentro e fora de casa, torna uma vida árdua, ela acaba se abstendo do seu próprio interesse e enfrentando desafios únicos na criação e sustento familiar.

A acumulação de responsabilidades pode levar à exaustão física, emocional, afetando a saúde mental da mãe.

Batista, 55anos, casado, agricultou, evangélico, frequentou a EJA por um ano, mais não se sentiu-se acolhido pela equipe escolar, como relata em sua fala, e não voltou mais a sala de aula.

Eu gostei do aprendizado, pois era muito bom para minha mente evoluir e aprimorar, tudo isso pra mim foi 100%, porém eu percebi que algumas pessoas que trabalhava na escola, não tinha amor pelo que estava fazendo, estava lá pelo dinheiro, não me senti confortável com aquela situação por isso desisti (Batista, 55 anos entrevista realizada em dia/mês/ano).

Maria de Lurdes, 78 anos, divorciada, dois filhos, costureira. Estudou na EJA por um ano, segundo ela gostou de várias coisas, mas não identificou quais, quando pergunto das quais coisas ela não gostou responde: “Tem tantas coisas que não gostei, que é bom eu nem falar, também vi que não estava aprendendo, e não quis ir mais”.

Para acolher alunos na EJA, é crucial criar um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo, onde suas histórias de vida e experiências sejam valorizadas. Isso envolve desde a escuta atenta de suas necessidades e expectativas até a promoção de atividades pedagógicas que dialoguem com suas realidades e interesses, como rodas de conversa, atividades artísticas e culturais, e o uso de recursos digitais de forma intencional.

Maria Cristina, 62 anos, divorciada, do lar, evangélica, estudou na EJA durante nove meses, em sua fala ela descreve o que gostou e porque desistiu de estudar. “Eu gostei da participação da professora, ela era bem participativa, gostei da aula de física, a merenda era excelente, mas o que fez desistir foi meu marido no meu pé. Me aperreando, eu queria ter ido esse ano de novo, mas meu marido ficava me perturbando”.

Faz alguns meses que Maria Cristina se separou do esposo por não suportar a violência doméstica. Violência doméstica infelizmente é uma realidade muito grande na nossa sociedade, onde o homem se acha no direito de mandar na mulher ou fazer dela os seus caprichos, o que pode trazer danos irreparáveis a mulher, e muitas vezes ela tem que ser resiliente por sua própria vida.

Ana Lucia, 47 anos, casada, 3 filhos, do lar, evangélica. Estudou na EJA por três anos, a mesma relata o que mais gostou e porque não continuou os estudos. “Eu gostei dos professores que ensinava muito bem, era bom estudar, mas agora é no Conde eu não vou mais não, desisti por ser muito longe”.

Na escola de Mituaçu a EJA só funciona até a quarta série do ensino fundamental, quando esse aluno conclui, para dar continuidade ao estudo, o aluno tem que ir estudar na cidade de Conde, a prefeitura disponibiliza um ônibus para levar os alunos, porém por conta da distância e o horário muitos alunos desistem de continuar os estudos. Assim como Ana Lucia existem vários alunos nesta situação na comunidade.

Severina, 68 anos, divorciada, 5 filhos, agricultora, católica, também estudou na EJA por três anos. “Eu me divertia bastante, a professora era ótima e não teve nada que eu não gostasse, só que terminei aqui, e agora tem que ir por Conde e eu não vou não. As professoras daqui quer que eu volte para escola como ouvinte só para completar os alunos que tem pouco, mais eu não vou pois terminei”.

A evasão da EJA é uma realidade muito grande não só em Mituaçu, mais também em várias cidades do Brasil, e os professores sofrem com essa evasão por não ter alunos para ensinar, embora os professores não sejam renumerados com base na quantidade de alunos, e sim no regime de trabalho, carga horária ou outros critérios estabelecidos pela rede de ensino.

Maria Aparecida, 68 anos, viúva, 10 filhos, agricultora, católica, nunca frequentou a escola quando criança, casou e teve filhos e só na terceira idade que teve a oportunidade de estudar, estudou na EJA por alguns anos, porém quando veio a pandemia teve que parar os estudos, a mesma relata a volta ao estudo pós pandemia.

“Quando retornei fiz até meu nome graça a Deus, tomei muito conhecimento da minha professora, eu gostei de tudo da EJA, estudei história e religião bom demais ameí, se eu pudesse ainda estava até hoje, porém tem que ir por Conde e eu não vou”.

Os entrevistados revelam uma realidade por eles vivenciada e que ainda é presente no século XXI. Num século dito da sociedade do conhecimento, do avanço tecnológico, mais os problemas e as dificuldade são os mesmos, a pesar da evasão na EJA em Mituaçu ainda existem uma minoria que gostaria de dar continuidade ao estudo, porém essas pessoas teriam que se descolar da comunidade e pegar um ônibus escolar as 18:00 horas e só retornar as 22:00 horas em uma estrada em péssimas condições e correndo o risco de ser assaltados no caminho por ser uma área remota.

3.1 MEMÓRIAS AFETIVAS: O QUE MAIS GOSTAVA DE ESTUDAR NA EJA

Esse item reflete a ideia de explorar as preferências ou interesses dos estudantes em relação às matérias ou conteúdos estudados na EJA. Os estudantes frequentemente têm interesses e necessidades variadas devido as suas experiências de vida e objetivos, algumas matérias ou áreas podem ser mais atraentes ou relevantes para eles devido à aplicabilidade prática ou ao interesse pessoal.

Assim, ao serem perguntados sobre o que mais gostavam de estudar na modalidade em tela, obtivemos as seguintes respostas:

Maria Cristina: “Eu gostei da participação da professora, ela era bem participativa”.

João Batista: “Eu gostei do aprendizado, pois era muito bom para minha mente evoluir e aprimorar”.

Zé Maria: “Eu gostava, pois, era um divertimento pra mim, a gente palestrava”.

Sônia Maria: “Eu gostava da professora que era muito dedicada com os alunos”.

Edileusa Maria: “Quando eu estudava gostava dos professores do assunto que eles davam”.

Ana Lucia: “Eu gostei dos professores que ensinava muito bem, era bom estudar”.

Severina: “Eu me divertia bastante, a professora era ótima e não teve nada que eu não gostasse”.

Maria Aparecida: “Tomei muito conhecimento da minha professora, eu gostei de tudo da EJA”.

Referente as respostas, os ex-educandos da EJA estão falando sobre suas experiências positivas com sua professora e a apresentação dela, de como lecionava e agradava aos educandos.

Nesse caso, vemos o quanto a postura dos professores que são mais sensíveis à modalidade, motivavam esses estudantes a frequentar a sala de aula. Segundo Silva, Lira e Lima (2018, p. 202) ao estudar sobre o perfil do educador para atuar em um projeto de educação de jovens e adultos da construção civil, o profissional deve ser “[...] paciente, para atuar com os educandos [...], ser participativo e estar disposto a dirimir as dúvidas apresentadas por cada um deles”.

3.2 UM ASPECTO NEGATIVO DA EXPERIÊNCIA NA EJA

Quando perguntados sobre o que não gostava de estudar na EJA, as respostas estão refletindo sobre a dinâmica em uma escola onde a falta de compaixão ou amor pelo trabalho pode levar a desistências dos educandos. Vejamos o que os ex-educandos responderam:

João Batista: “eu percebi que algumas pessoas que trabalhava na escola, não tinha amor pelo que estava fazendo, estava lá pelo dinheiro, não me sentir confortável com aquela situação, por isso desistir”.

Maria de Lurdes: “Tem tantas coisas que não gostei, que é bom eu nem falar”.

Zé Maria: “só não gostei de uma vez no Dia dos Pais que teve um sorteio e o mesmo pai ganhou vários presentes e era para dar a vez a outro que não tinha ganhado eu não gostei foi isso, é muito errado”.

As falas dos ex-educandos refletem a ausência de compromisso e sensibilidade com os educandos e a realização do trabalho de modo mais profissional, mesmo reconhecendo a necessidade de o recurso financeiro é importante para o professor.

Por outro lado, duas entrevistadas afirmaram que não tinham nada na escola que fosse motivo de reclamação, como podemos observar nos trechos abaixo:

Maria Cristina: “não teve nada que não gostasse”.

Severina: “não teve nada que eu não gostasse”.

Segundo Freire (2005, p. 52), o ato de ensinar requer o educador “querer bem aos seus educandos”.

Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.

3.3 A DESISTÊNCIA DA SALA DE AULA

O acesso e principalmente permanência em sala aula, para os educandos da EJA tem sido de muita dificuldade, porque não há políticas públicas que contribuam com esse processo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 2023, p. 10).

Assim, percebemos que, se não existe na escola e no sistema de um modo amplo, as condições para que o educando jovens e adultos trabalhador permaneça na escola, fica difícil do mesmo prosseguir com seus estudos.

Nesta questão, os ex-educandos relataram as dificuldades de sua permanência na escola, refletindo sobre a experiência e a falta de conforto no ambiente que foi um fator significativo que contribuiu para sua desistência da sala de aula. Vejamos os relatos:

Maria Cristina: “o que fez desistir foi meu marido no meu pé me aperreando, eu queria ter ido esse ano de novo, mas, meu marido ficava me perturbando”.

João Batista: “não me senti confortável no ambiente escolar por isso desisti”.

Maria de Lurdes: “vi que não estava aprendendo, e não quis ir mais”.

Zé Maria: “desistiu porque estava sentindo muita dor nos pés, por problema de circulação”.

Sonia Maria: “O problema é que eu nunca termino o ano letivo devido o problema do dia-dia, pois tenho três irmãs deficientes e tenho que cuidar delas”.

Edileusa Maria: “não tenho mais paciência de estudar, eu aprendo, tem coisa que decoro, mais não tenho paciência”.

Ana Lucia: “era bom estudar, mais agora é no Conde, eu não vou mais não. Desisti por ser muito longe”.

Severina: “só que terminei aqui, e agora tem que ir por Conde e eu não vou não”.

Maria Aparecida: “se eu pudesse ainda estava até hoje, porém tem que ir por Conde e eu não vou”.

Os ex-educandos trouxeram vários motivos que os forçaram a desistir dos estudos. Entre eles, questões de natureza matrimonial, em que marido não deixava Maria Cristina estudar. Essa questão de gênero é muito forte na sociedade. A mulher geralmente possui uma jornada de trabalho, muitas vezes invisível para sociedade, como cuidar da casa e dos filhos. E, sem o apoio do companheiro, no horário da sala de aula, fica difícil sua permanência.

Segundo os estudos de Ávila e Portes (2012), muitas mulheres que não possuem o apoio dos maridos, são forçadas a desistir da escola.

Outro motivo foi a falta de acolhimento na escola, segundo João Batista. Assim, uma escola que não acolhe o educando da EJA, não está preparada para lidar com situações pertinentes à realidade desse mesmo educando, uma vez que, “Por trás dos reclamos destas pessoas, está bem presente o papel reprodutor da escola dos valores da classe dominante” (Silva; Silva, 2010, p. 214).

Por fim, os entrevistados alegaram questões outras como: não aprendizagem (Maria Lurdes), problema de saúde (Zé Maria), questões familiares (Sonia Maria), a falta de paciência para prosseguir com os estudos (Edileusa Maria) e a distância entre a residência situada na zona rural e a escola na zona urbana (Maria Aparecida, Severina e Ana Lúcia).

O que refletimos com essas respostas é que, sem ações efetivas que procurem atender as necessidades dos educandos da EJA, para motivá-los, fica difícil garantir sua permanência. Cada um dos entrevistados trouxe situações do seu cotidiano que influenciam em sua vontade de estar estudando.

Assim, sem a sensibilidade dos que fazem a escola e a política pública, dificilmente teremos uma modalidade da educação básica para os jovens e os adultos que permitem a eles exceder seu direito à educação escolar.

Concluimos esse capítulo com a citação de Silva e Silva (2010, p. 218) que resume, conforme nosso entendimento, o desafio em se fazer uma EJA para os povos quilombolas.

A citação abaixo afirma que a escola ainda não logrou êxito em se conectar com os interesses e anseios das camadas populares. Embora o sujeito reconheça a importância da escola, esta ainda não assume um papel significativo na vida do povo, que pensa, sente, imagina e sonha de forma própria e relevante.

Enfim, a conclusão a que chegamos é que a escola ainda não conseguiu adentrar nos interesses e anseios das camadas populares. Os sujeitos atribuem a ela uma devida importância, mas, essa escola não deu importância significativa ainda ao que o povo pensa, sente, imagina e sonha a respeito de si mesmos e acerca dela. Assim, ainda é possível observar uma luta por uma escola pública, na qual as camadas populares sejam protagonistas de sua

própria educação escolar: entendendo e refletindo sobre os mecanismos presentes na escola e sobre as ideologias subjacentes ao processo de escolarização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo falar da evasão escolar que é um problema crônico em todo Brasil. Foi elaborada uma pesquisa qualificativa, onde através das entrevistas os moradores da Comunidade Quilombola de Mituaçu pude observar os desafios enfrentado por cada ex-educandos.

Diante do que foi possível observar, é que ainda existe uma lacuna na educação na comunidade de Mituaçu, é importante um olhar humanizado do poder público que trabalhe em parceria com a comunidade escolar, e as famílias para garantir que a educação seja um direito efetivado para todos e criação de um ambiente escolar seguro e saudável, é fundamental para o bem-estar dos alunos e professores. Programas e projetos que visem reduzir a evasão escolar, podem ser implementados para incentivar a permanência dos alunos na escola.

Apesar de a maioria dos entrevistados ser pessoas da terceira idade, existem muitos jovens na comunidade fora da sala de aula.

O que se observou foi que, mesmo tendo como primeira experiência de educação ou mesmo nunca tendo frequentado uma escola, os discursos não renunciaram a importância do saber escolar, procurando frequentá-la na idade adulta.

Nesta pesquisa identificamos também aqueles educandos que não valorizam a educação, onde cresceram, formaram família, tem sua profissão seja na agricultura, na pesca, a exemplo do artesão, da costureira, ser dotado de sua vivência e suas experiências, achar que não necessita da educação.

REFERÊNCIAS

- Arroyo, M.G. *Passageiro da Noite*, pág., 22
 Artigo- Evasão Escolar de jovens e adultos
 ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma L. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.19-50.
- ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 809–832, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view>
- BAEDIN, L. Estado do Conhecimento.
 BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.
 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Página 1. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.
 BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010
 BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: junho, 2005.
 BRASIL. Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
 BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: outubro de 2009.
 BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental.
 BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado Federal, 1988.
 BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96 Brasília. MEC/SEF, 1996.
 Brasília: MEC/SEF, 1997
 Censo Escolar registra aumento na evasão escolar do ensino (IBGE/200, pag.1-2) ...
- DI PIERRO, M. C. Educação de adultos como direito humano
 Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola
 DA SILVA, Eduardo Jorge Lopes; DA SILVA, Everaldo Fernandes. ALGUMAS IMPRESSÕES SOBRE A ESCOLA NO IMAGINÁRIO POPULAR. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], p. 204–219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20441>. Acesso em: 7 out. 2025.
 De onde, para onde
 DI PIERRO, M. C. (Org.). *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: Unesco, 2008.
 Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola: GOMES, Flávio. Contribuições às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 2011.
 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação (MEC), SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12767-diretrizes->

nacionais-para-a-educacao>. Acesso em: 01 abr. 2022. Ed. São Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FREIRE, P. Conscientização, teoria e prática de libertação. São Paulo. Cortez e Freire (2005, p. 52),

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Ed 34ª São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

G1 <https://g1.globo.com/noticia/2024/02/22/censo-es...>

GADOTTI, Educação da EJA na visão de Paulo Freire pg,14,15(Freire,2002, pag.193)

GADOTTI, Moacir. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria. Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

Itinerário pelo direito a uma vida justa. pg.22

Carvalho.V.B. Jussivania Pereira (Universidade Federal de Mato Grosso

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA 2025 pg.25 a 30

LACERDA, M. P. A. S. Resolução 03/2025 as Diretrizes operacionais para EJA.

VIEIRA, J. C. B. P. DISCURSOS ACERCA DA EDUCAÇÃO: DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA, pagina, 75 a 77.

22 de fev. de 2024 — Em relação a 2022, o número de matrículas em escolas particulares aumentou quase 5%. A rede pública perdeu 500 mil alunos. Segundo o Inep, ...

Minayo Sanches; Apud: Guerra,2014, pag.40

Miguel G. Arroyo

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Caderno Saúde Pública. 1993

Monografia de especialização: Sandra Mara do Nascimento
Moraes,1979

Mova, por um Brasil alfabetizado. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

Pedagogia das práxis. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 1998.

Pedagogia do oprimido. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987 A importância do ato de ler em três artigos que se complementam. 27.

ROMÃO, J. E.; Gadotti, M. Educação de adultos: cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/Instituto Paulo Freire, 2007.

SANTOS, G. L. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA (2003). Universidade Estadual de Minas Gerais, Faculdade de Educação. In Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24.

Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a09. Acesso em 10/06/2019.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; LIRA, Liliane Oliveira; LIMA, Gessica Maria Silva de. O Perfil do Educador Popular da EJA no Discurso de Jovens Operários - Educandos do Projeto Escola Zé Peão. *Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos* vol. 6, ahead of print, 2011ISSN23176571. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/educajovenseadultos/article/view/5704> . Acesso em: 15 de agosto 2025.

Pereira, G.S. TCC: O povo negro e o voo para liberdade2011 PG, 25 a 38

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Qual a sua idade?
- 3- Qual a sua profissão?
- 4- Há quanto tempo mora na comunidade de Mituaçu?
- 5- Qual a sua religião?
- 6- Tem filhos, quantos?
- 7- Por Quanto tempo estudou na EJA?
- 8- O que mais gostava quando estudava?
- 9- O que não gostava quando estudava?
- 10- Por que desistiu da sala de aula?

**ANEXO A - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES QUILOMBOLAS
DE MITUAÇU FUNDADA EM 1988**



ANEXO B - RÁDIO COMUNITÁRIA



ANEXO C- IGREJA CATÓLICA



ANEXO D- IGREJA EVANGÉLICA

ANEXO E- POSTO DE SAÚDE

ANEXO F - QUINTAL CULTURAL: FESTA DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



ANEXO G-LAPINHA DE MITUAÇU. TRADIÇÃO NA COMUNIDADE



**ANEXO H ANTIGA ESCOLA DE MITUAÇU, ATUALMENTE ESTÁ
FUNCIONANDO EM UMA GRANJA ALUGADA DA COMUNIDADE**



ANEXO I - FOTO DE FORMATURA DA EJA

Maria Lucia estudou durante três anos na EJA, na escola Ovídeo Tavares de Moraes em Mituaçu, concluiu o ensino fundamental em 2022. Teria que dar continuidade no ano seguinte (2023) no ensino médio, porém infelizmente foi acometida com um câncer que interrompeu seus sonhos.

Sua jornada foi linda e inspiradora. Deixou um legado de amor e generosidade.